

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO

PROTOCOLO
Nº 2731 FLS. Nº 01

PROCESSO: 0002731/2023

Req:	LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.		
CPF/CNPJ:	02.491.558/0001-42	Número Único:	22G.62Y.6K6-
Endereço:	Rua AV DEPUTADO RUBENS GRANJA Nº 121 -		
Município:	São Paulo - SP	Bairro:	SACOMA
Telefone:	(11) 4366-4922	Celular:	
E-mail:			

Solicitação/Súmula:
ENCAMINHA IMPUGNAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 120/2023

Protocolado por: Paula Fernanda Silveira Weber Data: 23/10/23 18:54
Org. de destino: 999.990.008 - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E

LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.
(Protocolado por)

Via do requerente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE SÃO JERÔNIMO
PROTOCOLO MUNICIPAL
TEL.: (51) 3651-1008

Processo/Ano: 0002731/2023
Número Único: 22G.62Y.6K6-53
Data Protocolo: 23/10/23 18:54

Assunto: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
Interessado: 462194 - LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.
Local: Rua AV DEPUTADO RUBENS GRANJA Nº 121 - 04298-000

Paula Fernanda Silveira Weber
(Protocolado por)



☆ Impugnação: PE 120/2023 | Locação de Veículos | Pref Mun de São Jerônimo

De: Amanda Carvalho Silva**Para:** tributos@saojeronimo.rs.gov.br**Cópia:** licitacao.ve@localiza.com**Cópia****oculta:****Assunto:** Impugnação: PE 120/2023 | Locação de Veículos | Pref Mun de São Jerônimo**Enviada em:** 23/10/2023 | 13:14**Recebida em:** 23/10/2023 | 13:15**em:**

image001.png 5.16 KB

image002.png 170 B

image007.png 230 B

image008.png 1.32 KB

image009.png 700 B

image010.png -61 B

Impugnaçãopdf 467.47 KB

Documentos.pdf 1.79 MB

Prezados,

A Localiza Veículos Especiais S/A, vem através deste apresentar-lhes a impugnação anexa.

Solicitamos fineza confirmar o recebimento.

Atenciosamente,

**Amanda Carvalho**Analista de Licitações
Localiza Veículos Especiais

+ 55 (11) 2101-7929

+ 55 (11) 97189-0189 (WhatsApp)



Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos.

This message and its attachments may contain confidential or privileged information and can not be forwarded without previous authorization of the sender. If you are not the recipient or an authorized person to receive it, we inform that its use, disclosure, copying or storage is prohibited.

Este mensaje, incluyendo sus adjuntos, puede contener información privilegiada y/o de carácter confidencial, no pudiendo ser retransmitido sin la autorización del remitente. En el caso que Usted no sea el destinatario o la persona autorizada para recibirlo, informamos que está prohibido su uso, divulgación, fotocopia o archivo.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
02.491.558/0001-42
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
24/04/1998

NOME EMPRESARIAL

LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
52.23-1-00 - Estacionamento de veículos
52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
86.21-6-01 - UTI móvel
86.22-4-00 - Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO

AV DEPUTADO RUBENS GRANJA

NÚMERO

121

COMPLEMENTO

TERREO

CEP

04.298-000

BAIRRO/DISTRITO

SACOMA

MUNICÍPIO

SAO PAULO

UF

SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO

FISCAL_UQF@LOCALIZA.COM

TELEFONE

(11) 4366-4922

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

26/10/2002

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/08/2023 às 14:05:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO - RS

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2023.

OBJETO DO PREGÃO: *O objeto da presente licitação é a seleção de propostas visando a locação de duas ambulâncias de suporte básico I, conforme especificações descritas no anexo I do edital.*

LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.491.558/0001-42, com sede social da matriz estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Deputado Rubens Granja, nº 121, bairro Sacomã, São Paulo/SP, CEP 04298-000, por meio de seu procurador, vem, mui respeitosamente à presença DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO - RS ("Contratante"), apresentar a sua **IMPUGNAÇÃO** ao EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 120/2023, o que o faz com base nas razões fáticas e de direito a seguir articuladas.

Requer que todas as notificações relativas ao presente processo licitatório sejam encaminhadas ao representante legal da empresa, Sr. Paulo Emilio Pimentel Uzêda no endereço supramencionado, através do e-mail licitacao.ve@localiza.com ou através do telefone (11) 2101-7929.



1. DA AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO OBRIGATÓRIA: REAJUSTE DO PREÇO APÓS 1 (UM) ANO CONTADO DA PROPOSTA.

1. Após analisar o Edital, constatou-se a ausência de condição indispensável às contratações públicas.

2. A Impugnante está se referindo a omissão quanto ao critério de reajuste dos preços nos contratos de natureza continuada, após um ano da *data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento estimado*, conforme dispõe a Antiga e Nova Lei de Licitações, ambas em vigência - Lei 8.666/93 e Lei 14.133/21 -:

“Lei 8.666/93. Art. 40. *O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:*

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Lei 14.133/21. Art. 25. *O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

§ 7º *Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.*

3. A periodicidade quanto a incidência do Índice Inflacionário eleito para reajustamento do preço é extraída da Lei 10.191/01, que assim dispõe;

“Art. 3º *Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as*

disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei nº 8.866, de 21 de junho de 1993. 2737 FLS. Nº 06

§ 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

4. O Reajuste representa uma das formas de garantir o Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos, cuja origem se encontra no texto constitucional:

“CF/88. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

5. É a partir da expressão ***“mantidas as condições efetivas da proposta”*** que se origina a garantia do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato Administrativo, o qual representa a necessidade de manutenção do **sinalagma contratual Encargos versus Remuneração.**

6. Sobre a Equação Econômico-Financeira do contrato, o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles¹ traz à seguinte conclusão: ***“é a relação estabelecida inicialmente entre as partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento. Assim, ao usar do seu direito de alterar unilateralmente as cláusulas regulamentares do contrato administrativo, a Administração não pode violar o direito o direito do contratado de ver mantida a equação financeira originalmente estabelecida, cabendo-lhe operar os necessários reajustes econômicos para o restabelecimento do equilíbrio financeiro”.***

¹ Direito Administrativo Brasileiro. Meirelles, Hely Lopes. 27ª Edição, 2002, Malheiros Editores Ltda, página 209.

7. Enquanto a Revisão Contratual visa o restabelecimento do Equilíbrio, quando da ocorrência de eventos imprevisíveis ou previsíveis, mas inevitáveis, de força maior em sentido amplo, o Reajuste se apresenta como hábil a restabelecer o equilíbrio da “balança”, diante do “peso” da inflação. E a data limite para apresentação da proposta ou do orçamento foi eleito para incidência dos índices inflacionários em razão da remuneração ter sido mensurada nessa ocasião e não quando da Contratação.

8. O Tribunal de Contas da União, inclusive, já se manifestou sobre o tema, em consulta, não deixando qualquer margem de dúvida sobre ser a data da proposta (ou orçamento) o termo inicial a ser considerado para aplicação da correção monetária da remuneração contratual (Reajuste):

“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 264, VI, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer da presente consulta e responder aos quesitos apresentados da seguinte forma:

9.1.1. a interpretação sistemática do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, do art. 3º, § 1º, da Lei 10.192 e do art. 40, inciso XI, da Lei 8.666/93 indica que o marco inicial, a partir do qual se computa o período de um ano para a aplicação de índices de reajustamento previstos em edital, é a data da apresentação da proposta ou a do orçamento a que a proposta se referir, de acordo com o previsto no edital.

9.1.2. na hipótese de vir a ocorrer o decurso de prazo superior a um ano entre a data da apresentação da proposta vencedora da licitação e a assinatura do respectivo instrumento contratual, o procedimento de reajustamento aplicável, em face do disposto no art. 28, § 1º, da Lei 9.069/95 c/c os arts. 2º e 3º da Lei 10.192/2001, consiste em firmar o contrato com os valores originais da proposta e, antes do início da execução contratual, celebrar termo aditivo reajustando os preços de acordo com a variação do índice previsto no edital relativa ao período de somente um ano, contado a partir da data da apresentação das propostas ou da data do orçamento a que ela se referir, devendo os demais reajustes ser efetuados quando se completarem períodos múltiplos de um ano, contados sempre desse marco inicial, sendo necessário que estejam devidamente caracterizados tanto o interesse público na contratação quanto a presença de condições legais para a contratação, em especial: haver autorização orçamentária (incisos II, III e IV do § 2º do art. 7º da

Lei 8.666/93); tratar-se da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º da Lei 8.666/93); preços ofertados compatíveis com os de mercado (art. 43, IV, da Lei 8.666/93); manutenção das condições exigidas para habilitação (art. 55, XIII, da Lei 8.666/93); interesse do licitante vencedor, manifestado formalmente, em continuar vinculado à proposta (art. 64, § 3º, da Lei 8.666/93)²

9. Dessa forma, imprescindível que seja suprida tal omissão, retificando o Edital, para incluir condição referente ao critério para Reajuste do Preço.

2. DA INVIABILIDADE QUANTO AO ATENDIMENTO DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO. DA VIOLAÇÃO A AMPLA COMPETIVIDADE.

10. Após analisar o Edital, verificou-se a existência de condições inviáveis para execução do objeto, as quais podem reduzir sensivelmente a participação de licitantes interessados, prejudicando a ampla competitividade, indispensável para seleção da proposta mais vantajosa, finalidade precípua dos procedimentos licitatórios.

11. A Impugnante se refere a inviabilidade do prazo de entrega do objeto, estabelecido no Edital – subitem Prazo de Entrega (material) / Início (serviço): Em até 24 horas após a assinatura do contrato. –, por corresponder a implantação de veículos novos, que exige a encomenda dos bens após a contratação, autorização para faturamento da montadora, traslado para adaptadora, realização de adaptações, licenciamento, emplacamento e traslado ao local de destino.

12. Portanto, a manutenção dessa exigência prejudica sobremaneira o Princípio da Ampla Competividade, e, por consequência, a obtenção da proposta mais vantajosa, por inibir a presença de Licitantes comprometidas com o pleno atendimento dos prazos e condições estabelecidas no Edital, como a Impugnante, que poderá não participar por conta do prazo estabelecido.

13. Nesse sentido aponta o Tribunal de Contas da União³,

² TC – 003.671/2005-0 - Grupo I – Classe III – Plenário)

³ Acórdão 1547/2004 Primeira Câmara (Voto do Ministro Relator). TCU.

“A ampliação da disputa entre os interessados tem como consequência imediata a redução dos preços. Aliada à celeridade, a competitividade é característica significativa do pregão. A possibilidade de simplificar o procedimento licitatório, sem perda da essência da competitividade e da isonomia, deve marcar toda licitação.”

14. Torna-se imprescindível a retificação da cláusula que estabelece o prazo de entrega do objeto ou de início da execução contratual, para contemplar um prazo viável de atendimento, de, no mínimo 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, em caso de ocorrência, eventual, de fatos inesperados e imprevisíveis, a fim de se alcançar a seleção da proposta mais vantajosa, conforme dispõe o art. 3º da lei 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

3. DOS PEDIDOS

15. Ante o exposto, requer o acolhimento da presente impugnação, a fim de que o Edital seja revisto, nos termos da fundamentação.

São Paulo (SP), 23 de outubro de 2023.

LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.

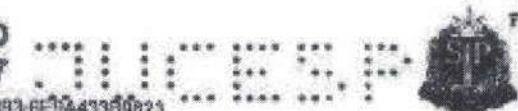
MARINA PACETTI
DASSA:36939822
879

Assinado de forma digital por
MARINA PACETTI
DASSA:36939822879
Dados: 2023.10.23 13:13:01
-03'00'

AMANDA
CARVALHO DA
SILVA:38644946803

Assinado de forma digital
por AMANDA CARVALHO
DA SILVA:38644946803
Dados: 2023.10.23
13:13:14 -03'00'

CONVENIO SAESP-327



JUCESP PROTOCOLO 0.161.860/23-0

DocuSign Envelope ID: 73AA2E3A-C8ED-4C2E-BD93-6E3A43380823



LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.
CNPJ Nº 02.491.558/0001-42
NIRE 35.300.550.129

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2022**

Data, Hora e Local: Realizada aos 30 dias do mês de setembro de 2022, às 13:00 horas, virtualmente e na sede social da Localiza Veículos Especiais S.A., localizada na Capital do Estado de São Paulo, Avenida Deputado Rubens Granja, nº 121, bairro Sacomã, CEP 04298-000.

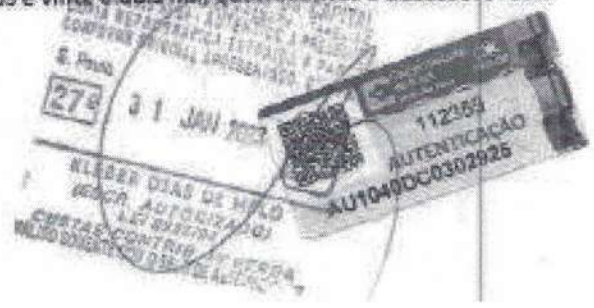
Convocação e presença: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão de estar presente a única acionista da Companhia.

Mesa: Luis Fernando Memória Porto, Presidente; e Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária.

Ordem do Dia: (I) deliberar pela distribuição dos dividendos obrigatórios, aprovados em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob n.º 278.216/22-5 em 02 de junho de 2022, bem como pela distribuição dos juros de capital próprio, aprovada em Assembleias Geral Extraordinária de 29 de junho de 2022, registrada na JUCESP sob n.º 371.660/22-1 em 25 de julho de 2022; (II) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, a ser totalmente integralizado pela Companhia de Locação das Américas, inscrita no CNPJ sob o nº 10.215.988/0001-60 (a "LCAM"), única acionista da Companhia da seguinte forma: (a) conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), realizado nas seguintes datas: 03/10/2022; 04/10/2022; 06/10/2022; 07/10/2022; 10/10/2022; 13/10/2022; (14/10/2022; 17/10/2022; 19/10/2022; 20/10/2022; 21/10/2022; 24/10/2022; 25/10/2022; 26/10/2022; 28/10/2022; 31/10/2022; 03/11/2022; 04/11/2022; 07/11/2022; 14/11/2022; 16/11/2022; 17/11/2022; 18/11/2022; 21/11/2022; 22/11/2022; 23/11/2022; 28/11/2022; 29/11/2022; 30/11/2022; 07/12/2022; 12/12/2022; 13/12/2022; 14/12/2022; 15/12/2022; 19/12/2022; 20/12/2022; 21/12/2022; e 29/12/2022, e (b) integralização, nesta data, de R\$ 24.932.438,91 (vinte e quatro milhões, noventa e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos); (III) caso aprovada a deliberação prevista no item (II), deliberar sobre a modificação da redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir o Aumento de Capital, bem como consolidar o Estatuto Social; e (IV) deliberar sobre a autorização dos Diretores da Companhia para praticarem todos os atos necessários para realização, formalização e aperfeiçoamento das deliberações tomadas.

Deliberações: Após exame e discussão, foram aprovadas, por unanimidade e sem ressalvas:

(I) Deliberar pela distribuição dos dividendos obrigatórios, aprovados em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob n.º 278.216/22-5 em 02 de junho de 2022 no valor de R\$ 15.710.021,14 (quinze milhões, setecentos e dez mil e vinte e um reais e quatorze centavos), bem como pela distribuição dos juros de capital próprio, aprovada em Assembleias Geral Extraordinária de 29 de junho de 2022, registrada na JUCESP sob n.º 371.660/22-1 em 25 de julho de 2022 no valor de R\$ 9.222.417,77 (nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e dezessete reais



LCAM
 26 01 20

e setenta e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 24.932.438,91 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos);

(ii) Aprovar, nos termos do art. 7º, inciso (viii) do Estatuto Social, o aumento do capital social da Companhia em R\$ 458.332.438,91 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos), passando de R\$ 1.270.084.492,22 (um bilhão, duzentos e setenta milhões, oitenta e quatro mil e quatrocentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos) para R\$ 1.728.416.931,13 (um bilhão, setecentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e dezesseis mil e novecentos e trinta e um reais e treze centavos), mediante a emissão de 458.332.438 (quatrocentas e cinquenta e oito milhões, trezentas e trinta e duas mil e quatrocentas e trinta e oito) novas ações da Companhia, com as características descritas no item abaixo ("Aumento de Capital"), sendo totalmente subscritos e integralizados em moeda corrente nacional, assim integralizados: (a) conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") realizados da seguinte forma: (i) R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) em 03/10/2022; (ii) R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em 04/10/2022; (iii) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em 06/10/2022; (iv) R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) em 07/10/2022; (v) R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) em 10/10/2022; (vi) R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em 13/10/2022; (vii) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em 14/10/2022; (viii) R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) em 17/10/2022; (ix) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em 19/10/2022; (x) R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) em 20/10/2022; (xi) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em 21/10/2022; (xii) R\$ 10.800.000,00 (dez milhões e oitocentos mil reais) em 24/10/2022; (xiii) R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais) em 25/10/2022; (xiv) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em 26/10/2022; (xv) R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais) em 28/10/2022; (xvi) R\$ 20.300.000,00 (vinte milhões e trezentos mil reais) em 31/10/2022; (xvii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em 03/11/2022; (xviii) R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em 04/11/2022; (xix) R\$ 8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais) em 07/11/2022; (xx) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em 14/11/2022; (xxi) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em 16/11/2022; (xxii) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em 17/11/2022; (xxiii) R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em 18/11/2022; (xxiv) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em 21/11/2022; (xxv) R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) em 22/11/2022; (xxvi) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em 23/11/2022; (xxvii) R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) em 28/11/2022; (xxviii) R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais) em 29/11/2022; (xxix) R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em 30/11/2022; (xxx) R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) em 07/12/2022; (xxxi) R\$ 11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil reais) em 12/12/2022; (xxxii) R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) em 13/12/2022; (xxxiii) R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) em 14/12/2022; (xxxiv) R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais) em 15/12/2022; (xxxv) R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) em 19/12/2022; (xxxvi) R\$ 12.900.000,00 (doze milhões e novecentos mil reais) em 20/12/2022; (xxxvii) R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) em 21/12/2022; e (xxxviii) R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) em 29/12/2022; e (b) integralização, nesta data, de R\$ 24.932.438,91 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos).

Características das ações emitidas: As ações a serem emitidas em razão do Aumento de Capital serão ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e conferirão a seu titular direitos idênticos aos das ações de emissão da Companhia atualmente existentes, bem como farão jus à participação integral em toda e qualquer remuneração e/ou bonificação que venha a ser deliberada pela Companhia a partir de sua integralização.

Preço de emissão: O preço de emissão por cada nova ação emitida no âmbito do Aumento de Capital é de R\$ 1,00 (um real) e foi fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

Subscrição e integralização: A LCAM subscrive, nesta data e conforme Boletim de Subscrição constante no Anexo I da presente ata, a integralidade do Aumento de Capital.



DocuSign Envelope ID: 73AA2E3A-C8ED-4C7E-8D93-6E9A433B0823

JUCESP
26 01 23

(iii) Em função do Aumento de Capital, aprovado no item acima, o caput do Artigo 5º Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação:


"Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.728.416.931,13 (um bilhão, setecentas e vinte e oito milhões, quatrocentos e dezesseis mil e novecentos e trinta e um reais e treze centavos), dividido em 1.728.416.931 (um bilhão, setecentas e vinte e oito milhões, quatrocentos e dezesseis mil e novecentos e trinta e uma), ações ordinárias nominativas e sem valor nominal."

Em razão da alteração acima, aprovar a redação consolidada do Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo II da presente ata.

(iv) Ato contínuo, os membros da Diretoria da Companhia foram autorizados a adotarem todas as medidas e praticarem todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas na presente ata.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes. Mesa: Luis Fernando Memoria Porto, Presidente. Secretária: Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino, Secretária. Acionista: Companhia de Locação das Américas, representada nos termos do seu Estatuto Social por seus Diretores Luis Fernando Memoria Porto e Marco Túlio de Carvalho Oliveira.

Certidão: Declaro que esta é cópia fiel da ata de Assembleia Geral Extraordinária acima constante, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura da acionista presente Companhia de Locação das Américas.


Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino
Secretária

27 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
SECRETARIA DE ECONOMIA - SEDE
R. SÃO LUIS Nº 98 - AUTENTICAÇÃO
CÓPIA FOTOGRAFICA EXTRAIDA
CONFORME ORIGINAL
R. F. P. 27
31 JAN 2023
112369
AUTENTICAÇÃO
AL11040DC0302927
KLEBER DEAS
RESOL. AUTORIZADO
LEI 8239/94
CUSTAS CONTAS. F. VERBA
ANEXO CONFORME COM O ORIGINAL AUTENTICAÇÃO

JUCESP
05
26 JAN 2023

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - SEDE
GISELE SIMONE GEBELIN
Secretária-Geral
42.824/23-0


JUCESP

DocuSign Envelope ID: 73AA2E3A-C8ED-4C2E-BD83-8E9A433B9823

LOCALIZA
VEÍCULOS
ESPECIAIS S.A.
CNPJ Nº 02.491.558/0001-42
NIRE 35.300.550.129

ANEXO I

**DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2022**

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

Emissão de 458.332.438 (quatrocentas e cinquenta e oito milhões, trezentas e trinta e duas mil e quatrocentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, da LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A. (a "Companhia"), aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2022, no âmbito de aumento de capital no valor total de R\$ 458.332.438,91 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, trezentas e trinta e duas mil e quatrocentas e trinta e oito reais e noventa e um centavos).

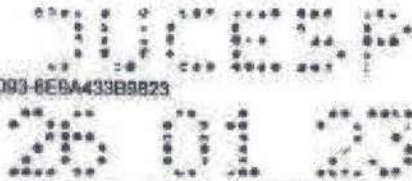
QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR

Razão Social/Nome Companhia de Locação das Américas	CNPJ/CPF 10.215.988/0001-60
Endereço cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, bairro Cachoeirinha, CEP 31.150-900.	

AÇÕES SUBSCRITAS

Valor Total da Emissão R\$ 458.332.438,91 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, trezentas e trinta e duas mil e quatrocentas e trinta e oito reais e noventa e um centavos).	Preço de Emissão por Ação R\$ 1,00 (um real)
Quantidade de Ações Subscritas 458.332.438 (quatrocentas e cinquenta e oito milhões, trezentas e trinta e duas mil e quatrocentas e trinta e oito)	Forma de Pagamento subscritos e integralizados em moeda corrente nacional, mediante conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") realizados da seguinte forma: (i) R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) em 03/10/2022; (ii) R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em 04/10/2022; (iii) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em 06/10/2022; (iv) R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) em 07/10/2022; (v) R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) em 10/10/2022; (vi) R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em 13/10/2022; (vii) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em 14/10/2022; (viii) R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)





em 17/10/2022; (ix) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em 19/10/2022; (x) R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) em 20/10/2022; (xi) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em 21/10/2022; (xii) R\$ 10.800.000,00 (dez milhões e oitocentos mil reais) em 24/10/2022; (xiii) R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais) em 25/10/2022; (xiv) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em 26/10/2022; (xv) R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais) em 28/10/2022; (xvi) R\$ 20.300.000,00 (vinte milhões e trezentos mil reais) em 31/10/2022; (xvii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em 03/11/2022; (xviii) R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) em 04/11/2022; (xix) R\$ 8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais) em 07/11/2022; (xx) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em 14/11/2022; (xxi) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em 16/11/2022; (xxii) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em 17/11/2022; (xxiii) R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em 18/11/2022; (xxiv) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em 21/11/2022; (xxv) R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) em 22/11/2022; (xxvi) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em 23/11/2022; (xxvii) R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) em 28/11/2022; (xxviii) R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais) em 29/11/2022; (xxix) R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em 30/11/2022; (xxx) R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) em 07/12/2022; (xxxi) R\$ 11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil reais) em 12/12/2022; (xxxii) R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) em 13/12/2022; (xxxiii) R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) em 14/12/2022; (xxxiv) R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais) em 15/12/2022; (xxxv) R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) em 19/12/2022; (xxxvi) R\$ 12.900.000,00 (doze milhões e novecentos mil reais) em 20/12/2022; (xxxvii) R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) em 21/12/2022; e (xxxviii) R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) em 29/12/2022, bem como pela integralização de R\$ 24.932.438,91 (vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos) em 30 de dezembro de 2022.

27 TABELÃO DE NOTAS
EXIBIR ORIGINAL DE NOTAS
ATÉ 31 DE JAN. DE 2023
COM REPRODUÇÃO EM
SO FOMOS ORIGINAIS
R\$ 100,00
31 JAN 2023
112589
AUTENTICAÇÃO
AU10440C0302920

JUCESP
25 01 2022

DocuSign Envelope ID: 73AA2E3A-C6ED-4C2E-8D93-5E9A433B6823

DECLARAÇÃO

Declaro, para todos os fins, que estou de acordo com as condições expressas no presente boletim, bem como que tomei conhecimento das características das ações ora subscritas.

São Paulo, 30 de setembro de 2022

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS

Luis Fernando Memória Porto
Diretor

Marco Túlio de Carvalho Oliveira
Diretor

Certidão: Declaro que esta é cópia fiel ao Anexo I da ata de Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2022 da Companhia, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura da acionista presente Companhia de Locação das Américas.

Gabriella Gomes Vieira Campos Faustino
Secretária



DocuSign Envelope ID: 73AA2E3A-C8ED-4C2E-BD03-6E9A433B9823

JUCESP
25 01 23

LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.
CNPJ/MF Nº 02.491.558/0001-42
NIRE 35.300.550.129

ANEXO II

**DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2022**

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO SOCIAL**

Artigo 1º. A LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições regulamentares e legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

**CAPÍTULO II
SEDE**

Artigo 2º. A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Deputado Rubens Granja, nº 121, bairro Sacomã, CEP 04298-000, podendo abrir, encerrar/baixar, alterar, manter filiais, agências e escritórios; de representação em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Diretoria.

**CAPÍTULO III
OBJETO SOCIAL**

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a exploração do ramo locação de veículos leves com e sem motorista e locação de guinchos; locação de veículos utilitários com e sem motorista; locação de motocicletas com e sem motorista; locação de caminhões com e sem motorista; atividades auxiliares dos transportes terrestres; prestação de serviços de implantação, exploração e administração de estacionamento, estadia, guarda e reboque de veículos; a prestação de serviços de implantação, exploração e administração de estacionamentos rotativos de veículos em áreas, vias e logradouros públicos; implantação e manutenção de equipamentos; implantação e manutenção de sinalização horizontal e vertical, através de preenchimento manual de equipamento eletrônico e sistema informatizado de telefone celular; atividades de monitoramento de sistemas de segurança; aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente; tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e de hospedagem na internet; guarda e remoção de veículos; locação para transporte de pacientes, presos, egressos e cadáveres; serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes, ambulância com uti, serviços de unidades móveis terrestres com uti e aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, e a prestação de serviço de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.

**CAPÍTULO IV
PRAZO**

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.



JUCESP
 28 01 23

**CAPÍTULO V
 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.728.416.931,13 (um bilhão, setecentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e dezesseis mil e novecentos e trinta e um reais e treze centavos), dividido em 1.728.416.931 (um bilhão, setecentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e dezesseis mil e novecentos e trinta e uma), ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável.

Parágrafo Segundo. Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de ações da Companhia, nos termos da legislação aplicável.

**CAPÍTULO VI
 ASSEMBLEIAS GERAIS**

Artigo 6º. - As Assembleias Gerais realizar-se-ão, ordinariamente, nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias previstas na Lei das S.A. e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade.

Artigo 7º. - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão aprovadas pelo voto dos acionistas representando a maioria do capital social votante, incluindo, mas não se limitando, às matérias abaixo:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (ii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- (iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iv) reformar o Estatuto Social;
- (v) deliberar sobre qualquer reorganização societária, incluindo operação de fusão, cisão ou incorporação (ou de ações) e/ou outra forma de combinação de negócios, na forma da Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011 (ou outra norma que venha a substituí-la ou alterá-la), bem como qualquer outra operação com efeitos similares (tais como, dentre outros, *drop-down* de ativos) envolvendo a Companhia;
- (vi) deliberar sobre dissolução, liquidação, extinção, ou autorização para requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial ou confissão de falência pela ou da Companhia;
- (vii) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre o estabelecimento ou alteração da política de dividendos e alocação de lucros e resultados do exercício da Companhia (incluindo-se distribuição de dividendos, dentre outros), bem como a declarar e distribuir dividendos em montante superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia;
- (viii) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, ou emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia;
- (ix) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (x) aprovar a realização de operações entre a Companhia e partes relacionadas;



JULISA
 25 01 20

DocuSign Envelope ID: 73AA2E3A-C8ED-4C2E-8D93-8E9A43B8823

- (xi) aprovar a aquisição ou alienação de quaisquer ativos, incluindo imóveis (seja em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas), pela Companhia por valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), caso tal aquisição ou alienação não estejam previstas no plano anual de negócios ou no orçamento anual da Companhia;
- (xii) declarar dividendos intercalares e intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, ou em outro balanço intermediário;
- (xiii) aprovar o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (xiv) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias;
- (xv) aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no orçamento anual;
- (xvi) aprovar a aquisição, alienação, locação, arrendamento, cessão, transferência ou constituição de quaisquer ônus sobre qualquer bem, móvel ou imóvel, ativo ou direito da Companhia, cujo valor, individual ou agregado cujo valor, individual ou agregado, exceda a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado;
- (xvii) aprovar a celebração de contratos financeiros e outros instrumentos de dívida, incluindo a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) ou outros títulos de dívida, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior, bem como a celebração, alteração ou rescisão de contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, financiamento, arrendamento mercantil, *leasing*, *leasing back* (com ou sem alienação fiduciária de bens), *comprar, vender*, desconto de recebíveis ou créditos, adiantamentos ou outras formas de concessão de crédito ou qualquer outro tipo de operação financeira ou série de operações financeiras relacionadas (incluindo *hedge*, *swap*, *FINIMP*, etc.), (i) cujo valor exceda a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), (ii) cujos encargos financeiros não se enquadrem na política comercial, financeira e de endividamento aprovada pelo Conselho de Administração, ou (iii) resulte em um dos seguintes indicadores, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, baseados na Lei das Sociedades por Ações e nas regras e regulamentações da CVM, conforme aplicáveis, e com observância dos critérios contábeis do IFRS (*International Financial Reporting Standards*): (A) dívida líquida / EBITDA acima de 2,5x;
- (xviii) aprovar a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, de qualquer natureza, com partes relacionadas;
- (xix) aprovar a aquisição, subscrição, operação ou alienação de qualquer participação em qualquer outra sociedade ou consórcio, inclusive por meio da criação de qualquer afiliada, bem como a celebração, aditamento ou rescisão de acordo de acionistas, acordos de sócios ou acordos semelhantes em que qualquer sociedade na qual a Companhia detiver participação;
- (xx) assumir obrigações em benefício de terceiros, exonerar terceiros do cumprimento de obrigações, prática de atos gratuitos ou de favor e renúncia de direitos, salvo renúncias no curso normal dos negócios da Companhia e de acordo com a política comercial e financeira aprovada, se houver;
- (xxi) aprovar a criação, alteração ou cancelamento de qualquer política de compensação ou planos de benefício dos empregados, incluindo benefícios indiretos, bônus, distribuição de lucros e programas de incentivo à remuneração, que não contemplados no orçamento anual;
- (xxii) aprovar qualquer alteração às práticas e políticas contábeis, exceto conforme exigido por lei ou pela regulamentação aplicável;
- (xxiii) aprovar as políticas comercial, financeira e de endividamento, incluindo requisitos, termos e condições mínimos e limites para a contratação de operações comerciais e financeiras (incluindo, no caso da atividade de locação de veículos, preços, prazos, condições e retorno sobre capital esperado);
- (xxiv) aprovar as normas de procedimento ou regimentos internos relativos a estrutura e funcionamento da Companhia;



ATA
2023

- (xxv) definir todo e qualquer voto da Companhia, de suas subsidiárias e seus respectivos representantes nas assembleias gerais, reuniões ou assembleias de sócios ou quaisquer órgãos da administração ou comitês de suas subsidiárias;
- (xxvi) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (xxvii) deliberar a respeito da criação, revogação e de alterações ao código de ética da Companhia.

Parágrafo 1º. - Qualquer acionista poderá ser representado na deliberação por outro acionista, advogado ou procurador, mediante outorga de mandato com especificação dos poderes, observado o disposto na legislação aplicável.

Artigo 8º. - As Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 08 (oito) dias corridos de antecedência em primeira convocação, e 05 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação, se necessária.

Parágrafo 1º. - A convocação deverá especificar o dia, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia, e só sobre ela poderá haver deliberação, a menos que todos os acionistas acordem diferentemente.

Parágrafo 2º. - Será considerada regular, independentemente das formalidades de convocação, a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Artigo 9º. - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto de emissão da Companhia, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado e observadas as disposições deste Estatuto Social; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

Artigo 10. - As reuniões serão presididas por acionista, representante de acionista, Diretor ou terceiro designado pela maioria dos presentes, cabendo ao presidente da reunião a escolha do secretário.

Parágrafo 1º. - Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reunião, ata assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la.

Parágrafo 2º. - Cópia da ata autenticada pela administração, ou pela mesa, será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento e averbação.

Parágrafo 3º. - A administração da Companhia entregará cópia autenticada da ata ao acionista que a solicitar.

CAPÍTULO VII ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11. - A administração da Companhia compete a uma Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º. - Os administradores ficam dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Parágrafo 2º. - A posse dos membros da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Posse, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Artigo 12. - A Assembleia Geral fixará a remuneração global dos administradores da Companhia e dos membros de qualquer comitê da Companhia, competindo à Diretoria definir os valores a serem pagos individualmente a cada um de tais membros da administração e de comitês.



DIRECTORIA

Artigo 13. - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 05 (cinco) Diretores, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes e domiciliados no país, eleitos pela Assembleia Geral e por esta destituíveis a qualquer tempo, para mandatos unificados de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por um número ilimitado de mandatos consecutivos, que terão as seguintes atribuições e os seguintes poderes, além daqueles conferidos por lei:

- (i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral;
- (ii) elaborar e propor o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia, eventuais projetos de expansão e programas de investimento e cumprir e fazer cumprir as suas diretrizes;
- (iii) representar a Companhia, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social;
- (iv) deliberar sobre a abertura, transferência e/ou encerramento de filiais, escritórios ou estabelecimentos de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior;
- (v) submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, se houver, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (vi) aprovar a contratação de obrigações financeiras pela Companhia cujo valor, individualmente considerado, seja de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (vii) aprovar a criação de ônus, encargos ou outra garantia real sobre os ativos da Companhia fora do curso normal das atividades da Companhia, conforme o caso, por valor inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (viii) deliberar sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral;
- (ix) convocar a Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto Social;
- (x) fiscalizar a gestão dos membros do comitê estratégico, examinando, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos, acordos e quaisquer outros instrumentos celebrados ou em vias de celebração;
- (xi) aprovar qualquer plano de negócios da Companhia e suas revisões ou alterações;
- (xii) aprovar qualquer orçamento da Companhia e suas revisões ou alterações;
- (xiii) aprovar a concessão de qualquer garantia, real ou fidejussória, incluindo avais, salvo a constituição de alienação fiduciária de veículos no curso normal dos negócios da Companhia e para fins e garantia a contratos de financiamento da Companhia;
- (xiv) dar cumprimento a qualquer plano de opção de ações aprovado pela Assembleia Geral, aprovar, alterar ou extinguir plano de participação nos lucros ou instrumento similar atribuível aos diretores da Companhia, conforme determinado pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto Social;
- (xv) analisar e discutir os relatórios periódicos, de modo a acompanhar ou verificar o cumprimento das metas e objetivos fixados;
- (xvi) aprovar a abertura ou encerramento de filiais, agências ou escritórios;
- (xvii) suspensão das atividades de qualquer linha ou divisão de negócios da Companhia ou de qualquer subsidiária;
- (xviii) escolha das instituições financeiras ou empresas de assessoria responsáveis pela coordenação de operações societárias ou de mercado de capitais incluindo oferta pública inicial de ações da Companhia e emissão ou reestruturação de dívida da Companhia;
- (xix) eleger e destituir os membros de qualquer comitê da Companhia e de suas subsidiárias, inclusive os membros do comitê estratégico, e definir suas atribuições específicas, observado o disposto neste Estatuto Social; e

RECEBUEIRO DE DOCUMENTOS DA CAPTEL
 CÓPIA REPRODUZIDA EM FOLHA
 CONFORME ORIGINAL. APRESENTE A SORTE
 8. PÁG. 27 31 JAN 06
 KLEBER BLANCO
 GERENTE ADMINISTRATIVO
 112359
 AUTENTICAÇÃO
 AT11040DC0302935

DocuSign Envelope ID: 79AA2BA-C8ED-4C2E-BD89-6E9A4398R23
20090903

(xx) Fixar a remuneração dos membros de qualquer comitê da Companhia, observadas as bases globais aprovadas pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. Compete ao Diretor Presidente, além de exercer constante coordenação das atividades dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades da Companhia; (ii) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração e Diretoria; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, com direito a voto, inclusive o de qualidade; (iv) traçar as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia; (v) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (vi) exercer outros poderes e atribuições que não foram conferidos aos demais diretores e as que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º. Os Diretores serão investidos em seus cargos, mediante assinatura do termo de posse em livro próprio, e deverão permanecer no exercício de seus cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo 3º. - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos por procurador devidamente constituído.

Parágrafo 4º. - A Assembleia Geral poderá criar outros cargos para a Diretoria da Companhia e designar as funções e atribuições específicas a eles.

Artigo 14. - A Companhia será representada mediante a assinatura de (i) 2 (dois) Diretores em conjunto, (ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador nomeado na forma do Parágrafo 1º abaixo ou (iii) 2 (dois) procuradores em conjunto, nomeados na forma do Parágrafo 1º abaixo, com poderes específicos.

Parágrafo 1º. - Os atos abaixo elencados só poderão ser praticados pela Companhia mediante assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores Estatutários:

- (a) a outorga de procurações pela Companhia, exceto quando estiverem relacionadas à representação da Companhia perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, incluindo Detrans e Ciretrans, relativos à transferência e/ou liberação de veículos, assinatura dos dos Certificados de Registro de Veículo (CRV), que poderá ser realizada isoladamente por qualquer Diretor;
- (b) perante entidades de classe, sindicatos e Justiça do Trabalho; ou para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, para prestar esclarecimentos em depoimentos, na qualidade de preposto ou testemunha, situação em que as procurações poderão ser outorgadas mediante assinatura isolada de 1 (um) Diretor. As procurações, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado.

Parágrafo 2º. - São expressamente vedados, sendo nulos e inoprántes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, Procurador, funcionário ou preposto, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados por deliberação dos acionistas e em qualquer caso, exclui-se da proibição estabelecida nesta cláusula a prestação de garantias a empresas controladas, coligadas ou sob controle comum.

Parágrafo 3º. - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes e serão registradas em ata lavrada no livro de atas da administração.



DocuSign Envelope ID: 73AA2E3A-C8ED-4C2E-BD93-8E9A43389623

LOCALIZA
VEÍCULOS

Parágrafo 1º. - A Companhia poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores, e, com base nesses balanços, distribuir lucros, inclusive por meio de dividendos intercalares e/ou intermediários, por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º. - A Companhia poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação de acionistas titulares de mais da metade do capital social.

**CAPÍTULO IX
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA**

Artigo 20. - A Companhia deverá ser dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei, ou mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, sendo que em caso de dissolução da Companhia, o liquidante será indicado por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. Nessas hipóteses os haveres da Companhia serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de ações que cada acionista possuir. Encerrada a liquidação, a Companhia será declarada extinta por deliberação do acionista ou acionistas titulares de mais da metade do capital social.

**CAPÍTULO X
ELEIÇÃO DE FORO**

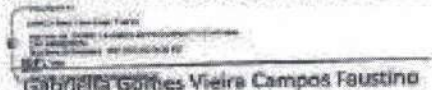
Artigo 21. - Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca da capital de São Paulo, estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

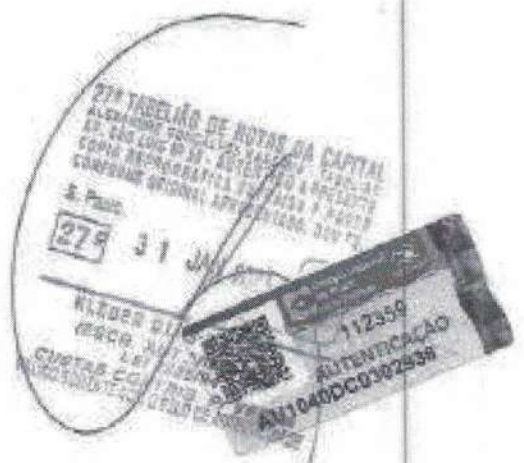
**CAPÍTULO XI
LEI APLICÁVEL**

Artigo 22. - A Lei nº 6.404/76 deverá ser aplicável a todas as matérias em relação às quais o presente Estatuto Social for omissivo ou obscuro. Em caso de conflito entre as disposições da lei e deste estatuto, prevalecerá o quanto disposto neste estatuto.

Certificamos que o presente termo é a redação consolidada do Estatuto Social da LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A., aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2022.

Belo Horizonte/MG, 30 de dezembro de 2022.


Gabriela Gomes Vieira Campos Faustino
Secretária





Tabeliã: Walquíria Mara Graciano Machado Rabelo
31 3247-3535 | contato@cartorionotas.com.br
www.cartorionotas.com.br Rua São Paulo, 1115,
Centro, Belo Horizonte/MG - CEP: 30.170-131

Augusto Cândido Moreira
Escritor
9º Tabelionato de Notas/BH
Tel.: (31) 3247-3509

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A., NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento virem que, aos vinte e oito (28) dias do mês de março do ano dois mil e vinte e três (2023), neste Tabelionato, situado na Rua São Paulo, nº 1.115, Centro, nesta Capital, com o seguinte endereço eletrônico: contato@cartorionotas.com.br, lavro esta escritura em que, perante mim, comparecem como parte **OUTORGANTE: LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.**, anteriormente denominada **UNIDAS VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 02.491.558/0001-42, NIRE nº 35.300.550.129, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Deputado Rubens Granja, nº 121, Bairro Vila Vermelha, e suas filiais, coligadas, subsidiárias integral, neste ato, devidamente representadas, conforme estatuto social da **OUTORGANTE**, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, em 03/11/2022, sob nº 644.189/22-8, por seus Diretores: **RODRIGO TAVARES GONÇALVES DE SOUSA**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da carteira de identidade nº MG-10.054.090 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 032.652.356-10 e **BRENO DAVIS CAMPOLINA**, brasileiro, administrador, casado, portador da carteira de identidade nº MG-7.922.992, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 040.880.676-14, ambos com endereço profissional nesta cidade, na Avenida Bernardo Vasconcelos, nº 377, Bairro Cachoeirinha, eleitos para exercer mandato unificado, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária da **OUTORGANTE**, realizada em 31/01/2023, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, em 23/02/2023, sob nº 85.239/23-9 e Certidão Simplificada Digital expedida pela JUCESP, aos 03/03/2023, aqui arquivadas; e, de outro lado, como parte **OUTORGADA: AMANDA CARVALHO DA SILVA**, brasileira, analista de licitação, solteira, portadora da carteira de identidade nº 48.079.924-6 expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 386.449.468-03; **EDUARDO COSTA SILVA**, brasileiro, analista de licitação, solteiro, portador da carteira de identidade nº 43.341.924-6 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 410.325.598-61; **FELIPE RICARDI DOS SANTOS**, brasileiro, gerente, casado, portador da carteira de identidade nº 25.609.811 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 353.696.278-51; **KAINÃ NESPOLI CARDOSO**, brasileiro, analista de licitações, solteiro, portador da carteira de identidade nº 50.442.863 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 452.745.808-66; **MARINA PACETTI DASSA**, brasileira, analista de licitações, solteira, portadora da carteira de identidade nº 34.235.835 expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 369.398.228-79; **VALKIRIA NAKAMASHI**, brasileira, gerente administrativa, solteira, portadora da carteira de identidade nº 44.092.472 expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 336.870.098-74; **LIDEMBERG MATIAS DA SILVA**, brasileiro, gerente geral, casado, portador da carteira de identidade nº 6970989, expedida pela SSP/GO, inscrito no CPF sob nº 054.888.986-46; **SUSÃ VITÓRIA TENÓRIO**, brasileira, analista de licitações, solteira, portadora da carteira de identidade nº 56.454.958-7 expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 479.725.758-00, e **IGOR CARNEIRO DA SILVA**, brasileiro, gerente geral, casado, portador da carteira de identidade nº MG-10.260.492 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 070.837.126-46, todos com endereço profissional na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Deputado Rubens Granja, nº 121; reconhecidas como as próprias conforme documentação apresentada que fica aqui arquivada. A parte **OUTORGANTE** declara que nomeia e constitui seu bastante **PROCURADOR**, a parte **OUTORGADA**, qualificada acima, para atuando da seguinte forma (i) em conjunto de dois outorgados, ou (ii) um dos outorgados em conjunto com um diretor estatutário da **OUTORGANTE**, representar a

112369
AUTENTICAÇÃO
AU1040DC0699741



empresa junto à BEC, SICAF, COMPRASNET e demais unidades compradoras nas esferas Municipais, Estaduais e Federais, e todos os órgãos das Fazendas Federais, Estaduais e Municipais, podendo representá-la nas realizações de pregões, processos de licitação de qualquer modalidade, tanto eletrônico como presencial, podendo requisitar certidões, consultar processos, apresentar propostas, formular lances, interpor recursos, contra arzoar recursos, levantar pendências, regularizar pendências, transigir, realizar diligências, solicitar cópias de documentos e declarações, retirar certidões, desistir da interposição de recurso, negociar com pregoeiro, assinar atas, assinar credenciamento, assinar declarações, assinar propostas, assinar ata de seção pública, podendo ainda, praticar todos e quaisquer atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer todos os poderes aqui conferidos para participar em pregões e todos seus ritos e tudo mais que se faça necessário, sempre representando os interesses da outorgante, ratificando ainda todos os atos até o momento praticados. O presente mandato terá eficácia até 31/03/2024. Sendo lido o instrumento, a parte OUTORGANTE, verificando sua conformidade, outorga, aceita e assina. Eu, TITO LÍVIO ARAÚJO DE OLIVEIRA NETO, Tabelião Substituto, mandei digitar. Eu, (WALQUIRIA MARA GRACIANO MACHADO RABELO), Tabeliã Notarial, dou fé, subscrevo e assino. Assinaturas constantes no Livro. a) BRENO DAVIS CAMPOLINA. a) RODRIGO TAVARES GONÇALVES DE SOUSA. Emolumentos: R\$ 186,73; Recomepe (Fundo de Compensação): R\$ 11,18; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 62,18; Total: R\$ 260,09 ISSQN: R\$ 9,34; Selo de Consulta: GOF44272; Código de Segurança: 7201.9861.1167.4390; Cod. 1458-9 (1); Cod. 8101-8 (6).

Em tt [assinatura] da verdade
 A TABELIÃ

Augusto Cândido Moreira
 Escrevente
 5º Tabelionato de Notas/BN
 Tel.: (31) 3247-3509



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA
 Tabelionato do 9º Ofício de Notas de Belo Horizonte - MG

SELO DE CONSULTA: GOF44272
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 7201.9861.1167.4390

Quantidade de atos: 7
 Ato(s) praticado(s) por: TITO LÍVIO ARAÚJO DE OLIVEIRA NETO - Tabelião Substituto

Emol: R\$ 197,91 - TFJ: R\$ 62,18 -
 Valor Final: R\$ 269,43 - ISSQN: R\$ 9,34
 Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

27º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
 AUGUSTO CÂNDIDO MOREIRA
 AV. SÃO LUIS 34-51 - AUTENTICAÇÃO A PRESENTES
 COM O PROTOCOLO E EXTRATO DE NOTAS
 CONFORME ORIGINAL APRESENTADO. 10/03/2024
 S. Paulo

112355
 AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS CANOVAS CORTEZ
 (SEM AUTORIZAÇÃO)
 AU1040DC889185
 CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA
 VALOR EMORTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.491.558/0001-42
NOME EMPRESARIAL:	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.
CAPITAL SOCIAL:	R\$1.798.650.261,03 (Hum bilhão, setecentos e noventa e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil e duzentos e sessenta e um reais e tres centavos)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	PAULO EMILIO PIMENTEL UZEDA
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	JOAO HILARIO DE AVILA VALGAS FILHO
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	RODRIGO TAVARES GONCALVES DE SOUSA
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	BRENO DAVIS CAMPOLINA
Qualificação:	10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 10/08/2023 às 14:05 (data e hora de Brasília).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE DEFESA SOCIAL
CARTEIRA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

SP

Nome: FELIPE RICARDI DOS SANTOS

REG. EXPEDIENTE / REG. EXPEDIENTE FUP: 25409611 107/SP

CID: 353.696.278-51 DATA NASCIMTO: 02/04/1987

FILIAÇÃO: JOSE FERNANDO DOS SANTOS
MARIA OLINDA RICARDI

SEXO: M

DT. EXP. 03708773303 13/11/2025 18/10/2005

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 2123269987

PROVIDO PLASTIFICAR 2123269987

ASSINATURA DO PORTADOR: [Assinatura]

CID. EMISSÃO: 28/11/2020

Estado Emissor: SÃO PAULO, SP

29417029668
49003100594

SÃO PAULO

112722
VANTAGEM DE CONTRIBUIÇÃO
AUTORIZADA PARA CONTRIBUIÇÃO
A SER APRESENTADA EM 2021


21/11/2021

DANILO DA SILVA SOUZA
ESCRIVENTE AUTORIZADO
MGR SOUZA COM O REG. DE AUTORIZAÇÃO

Nº 38844468/03 OVA
 REGISTRO: 45.07.9.903-5 2 Via-0 DATA DE EMISSÃO: 27/02/2021
 REGISTRO Nº 1
 SAC PAULO DE TAQUERA CHIVALLERES 55 70143001

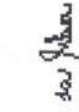
T. EMISSÃO	DATA	VALOR	PERÍODO
11/02/22	20/02/2021	1.000,00	12/02/2021

NOME DO SAC: PAULO DE TAQUERA CHIVALLERES 55 70143001
 Nº 11/02/22
 VALOR: 1.000,00
 PERÍODO: 12/02/2021

ASSINATURA DO DEBITADO


ESTAB. DE SAC PAULO
 SEC. DE LICENCIAMENTO
 Nº 11/02/22
 Nº 11/02/22

AMANDA CARVALHO DA SILVA
 Nº 11/02/22
 VALOR: 1.000,00
 PERÍODO: 12/02/2021

ASSINATURA DO DEBITADO


Nº 11/02/22
 VALOR: 1.000,00
 PERÍODO: 12/02/2021
 Nº 11/02/22

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADANIA E DEFESA SOCIAL
 SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRO CIVIL

MG

Nome: **IDOR CARMELO DA SILVA**

Matrícula / Documento: **MG10200400** JEP: **MO**

Cidade: **070.027-124-44** Data Nascimento: **19/09/1984**

Parentesco: **ANTONIO CARLOS DA SILVA**
ANA LUCIA A. CARMELO DA SILVA

Sexo: **M** Estado Civil: **D**

Nº Registro: **0300010000** Data: **10/10/2003** 1ª Publicação: **05/11/2003**

Observações:

Idor Carmelo da Silva
 Assinatura do Procurador

Local: **BELO HORIZONTE, MG** Data: **14/12/2018**

Alexandre Aires de Matta
 Procurador DETRAN/MG 44963589045
 302546772544

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1670562255

FEDERAÇÃO PLASTIFICAR 1670562255

S.P. 20 MAI 2019

RICARDO ANIBAL DE FREITAS
 SECRETÁRIO DE REGISTRO CIVIL
 MINAS GERAIS

14223
 AUTENTICAÇÃO
 AU1657AU0737134

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: **LIDEMBERG MATTAS DA SILVA**

FUNÇÃO: **HILBERTO MIGUEL DA SILVA**

MATR. DO SOCORRISTO MATTAS DA SILVA

DATA NASCIMTO: 07/11/1983
MATERIA: **CHALLUP - FE**
PROFESSOR

LEI Nº 7.116 DE 30 DE ABRIL DE 1983

CNPJ: 05488886-46
R.G.: 6079989 2ª VIA
DATA DE EMISSÃO: 09/03/2022
CENTRO DE CANCELAMENTO 31529 BR-108 PL 509 2.º TR
30061114-90 EM 05/03/2022

TIPO DE: **PROFESSOR**
SISTEMA: **PROFESSOR**
SISTEMA: **PROFESSOR**
SISTEMA: **PROFESSOR**
SISTEMA: **PROFESSOR**

CPF: 02325108666-03
CARTÃO: **PROFESSOR**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2731
LIDEMBERG MATTAS DA SILVA
112389
IDENTIFICAÇÃO
05488886-46

13 MAI 2022

IGOR MANUEL VIEIRA DE SOUZA
FESER AUTORIZADO
LEI 9503/94
CUSTAS CONTRIB. PI VERBA
VALOR TENDENTE COM VÍDEO DE AUTENTICAÇÃO